

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SERPA

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	12
6	Ativos Intangíveis	15
7	Locações.....	16
8	Custos de Empréstimos Obtidos	16
9	Inventários	17
10	Rédito.....	17
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	17
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	18
14	Imposto sobre o Rendimento	18
15	Benefícios dos empregados	19
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	19
17	Outras Informações.....	19
17.1	Investimentos Financeiros	19
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	20
17.3	Clientes e Utentes	20
17.4	Outras contas a receber	21
17.5	Diferimentos	21
17.6	Outros Ativos Financeiros	21
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	22
17.8	Fundos Patrimoniais.....	22
17.9	Fornecedores	22
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	22
17.11	Outras Contas a Pagar.....	23
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	23
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	23
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	24

MJ
Quabrega

17.15 Outros rendimentos.....	24
17.16 Outros gastos	24
17.17 Resultados Financeiros.....	24
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	25
18 Informação de gestão	25



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Joaquim', is written vertically on the right side of the page.



1 Identificação da Entidade

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SERPA é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 245 22-10-1997 Série II, com sede em Largo de S. Francisco - Apartado 35. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Prestar assistência aos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Promover o enterramento dos pobres e indigentes e dos internados falecidos, que não tenham família ou meios para o funeral;
- Prestar assistência aos pobres e indigentes do concelho de Serpa, excepcionalmente extensivos a outros concelhos, por meio de internamento no Lar de São Francisco e contribuir para a promoção e proteção na saúde e educação dos cidadãos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia de Serpa e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Santa Casa da Misericórdia de Serpa na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Santa Casa da Misericórdia de Serpa continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da Informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou



inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

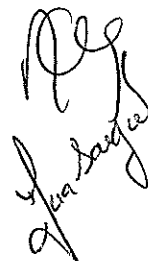
Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.



3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Santa Casa da Misericórdia de Serpa, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

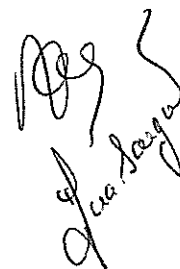
3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Santa Casa da Misericórdia de Serpa a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Santa Casa da Misericórdia de Serpa tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Santa Casa Da Misericórdia de Serpa revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

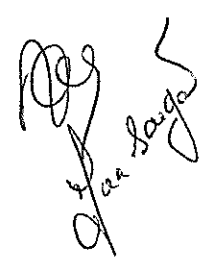
3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” (essencialmente Igreja de São Paulo), encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Santa Casa da Misericórdia de Serpa a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

Não foram realizadas obras até ao momento nestes bens.



Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. Estes bens não têm possibilidade de gerar benefícios futuros (pelo menos num futuro próximo)

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e terrenos rústicos doados á instituição detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo á data da doação e atualizados em função do seu valor patrimonial.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros na pose da instituição, referem-se aos Fundos de Compensação do trabalho, obrigatórios perante a lei

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo médio de aquisição.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo médio.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Não aplicável

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

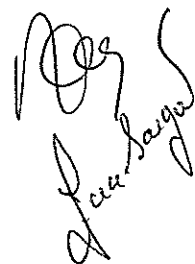
Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Santa Casas da Misericórdia avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.





Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Santa Casada Misericórdia de Serpa analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Santa Casa da Misericórdia de Serpa reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Santa Casa da Misericórdia de Serpa reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

A instituição apenas tem os contratos das impressoras de locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

No ano de 2017, introduziu-se o Software de Gestão de Stocks, nomeadamente, nos produtos de Higiene e Limpeza, Material Médico Hospitalar, e Géneros Alimentares, o que se traduziu na clarificação dos consumos do ano.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2016, não ocorreram movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	498.797,90					498.797,90
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	498.797,90	0,00	0,00	0,00	0,00	498.797,90

No período de 2017, não ocorreram movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	498.797,90					498.797,90
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	498.797,90	0,00	0,00	0,00	0,00	498.797,90

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2.922.532,82					2.922.532,82
Equipamento básico	581.606,28	5.668,60				587.274,88
Equipamento de transporte	171.150,58					171.150,58
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	57.886,87					58.870,87
Outros Ativos fixos tangíveis	204,71					204,71
Total	3.733.381,26	5.668,60	0,00	0,00	0,00	3.740.033,86
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	247.937,65	58.174,65				306.112,30
Equipamento básico	402.447,99	58.346,67				460.794,66
Equipamento de transporte	107.775,48	18.438,62				126.214,10
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	48.884,42	3.832,76				52.717,18
Outros Ativos fixos tangíveis	109,93					109,93
Total	807.155,47	138.792,70	0,00	0,00	0,00	945.948,17

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2.922.532,82					2.922.532,82
Equipamento básico	587.274,88	5.483,80				592.758,68
Equipamento de transporte	171.150,58					171.150,58
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	58.870,87					58.870,87
Outros Ativos fixos tangíveis	204,71					204,71
Total	3.740.033,86	5.483,80	0,00	0,00	0,00	3.745.517,66
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	306.112,30	58.174,65				364.286,95
Equipamento básico	460.794,66	54.986,73				515.781,39
Equipamento de transporte	126.214,10	18.438,62				144.652,72
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	52.717,18	3.077,92				55.795,10
Outros Ativos fixos tangíveis	109,93					109,93
Total	945.948,17	134.677,92	0,00	0,00	0,00	1.080.626,09

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2016 e 2017, foram os seguintes:



Descrição	2016					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	
Prop. De Investimento	335.542,17		3.463,59			332.078,58
Total	335.542,17	0,00	3.463,59	0,00	0,00	332.078,58

Descrição	2017					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	
Prop. De Investimento	332.078,58		3.753,07			328.325,51
Total	332.078,58	0,00	3.753,07	0,00	0,00	328.325,51

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Santa Casa da Misericórdia de Serpa não usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	7.598,35					7.598,35
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	7.598,35	0,00	0,00	0,00	0,00	7.598,35
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	7.425,09	173,26				7.598,35
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	7.425,09	173,26	0,00	0,00	0,00	7.598,35

Luís Sárgo

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	7.598,35					7.598,35
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	7.598,35	0,00	0,00	0,00	0,00	7.598,35
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	7.598,35					7.598,35
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	7.598,35	0,00	0,00	0,00	0,00	7.598,35

7 Locações

A Entidade não detém ativos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	727.220,30	727.220,30	0,00	833.065,00	981.565,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	148.500,00	148.500,00	0,00	148.500,00	148.500,00
Total	0,00	875.720,30	875.720,30	0,00	981.565,00	981.565,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

A instituição tem dois empréstimos bancários (CGD e Montepio), contraídos para fazer face às despesas com a construção e apetrechamento das Unidades Senhora de Guadalupe. No final de 2017 os montantes em dívida ascendiam a 685.292,40 (CGD) e 41.927,90 (Montepio). A acrescer aos montantes referidos acresce a quantia de 148.500,00 contraída no âmbito do FRSS, montante a devolver sem o pagamento de juros. O fundo contraído destinou-se a liquidar a

última fatura da Empresa Lena Construções (empreiteiro das Unidades Senhora de Guadalupe) e adquirir duas carrinhas para o apoio domiciliário.

Guadalupe

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016			2017			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	5.403,90	0,00	0,00	5.715,17	0,00	0,00	8.355,92
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17.113,46	0,00	0,00	41.486,87	0,00	0,00	90.784,15
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	22.517,36	0,00	0,00	47.202,04	0,00	0,00	99.140,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				398.675,42			359.766,50
Variações nos inventários da produção				0,00			36.643,84

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	41.614,42	45.352,38
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	997.389,32	983.369,72
Quotas e joias	804,00	446,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,60	37,19
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	500,60	0,00
Total	1.039.808,34	1.029.205,29

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SERPA
Largo de S. Francisco - Apartado 35
NIF:500852219 - Publicação em Diário da República

17

Handwritten signature: J. Vasconcelos

Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivos contingentes

Não aplicável

Ativos contingentes

Não aplicável

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Santa Casa da Misericórdia de Serpa tinha os seguintes saldos nas rubricas de Subsídios ISS, ULSBA, ARS e outros.

Descrição	2017	2016
Subsídios ISS, ULSBA,ARS		
	2.617.046,39	2.639.553,16
Outros		
	40.592,26	33.760,07
Total	2.657.638,65	2.673.313,23

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

14 Imposto sobre o Rendimento

A Santa Casa da Misericórdia de Serpa, esta isenta de IRC.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente 15 (incluindo suplentes), não havendo alterações na sua composição.

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

Maria Ana Sebastião Bexiga da Palma Pires- Remuneração mensal 1.500,00€

O número médio de pessoas ao serviço da Santa Casa da Misericórdia de Serpa em Dezembro de 2016 foi de 156 e em 2017 de 156 funcionários.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	19.125,48	29.951,39
Remunerações ao pessoal	1.750.782,68	1.670.490,61
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	956,16
Encargos sobre as Remunerações	370.778,64	340.135,57
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	26.690,78	15.617,81
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.218,14	3.771,65
Total	2.168.595,72	2.060.923,19

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Santa Casa da Misericórdia de Serpa perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Mey
Santa Serpa

Nos períodos de 2017 e 2016, a Santa Casa da Misericórdia de Serpa detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	12.269,76	7.477,58
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	12.269,76	7.477,58

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	16.500,35	17.793,35
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	16.500,35	17.793,35
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SERPA

Largo de S. Francisco - Apartado 35

NIF:500852219 - Publicação em Diário da República

20

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	700,25	4.283,66
Utentes	187.376,29	170.270,78
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes factoring		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		
Utentes		
Total	188.076,54	174.554,44

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	1.604,27
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	1.138,38	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	16.412,10	16.416,51
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	414.746,97	376.837,27
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	432.297,45	394.858,05

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
	0,00	311,20
Total	0,00	311,20
Rendimentos a Reconhecer		
	138.954,54	140.046,23
Total	138.954,54	140.046,23

17.6 Outros Ativos Financeiros

Não Aplicável.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	3.314,17	4.602,47
Depósitos à ordem	45.957,44	183.686,55
Depósitos a prazo		
Outros		
Total	49.271,61	188.289,02

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	508.456,48	0,00	0,00	508.456,48
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1.237.011,93	51.894,79	0,00	1.288.906,72
Excedentes de revalorização	10.345,05	0,00	0,00	10.345,05
Outras variações nos fundos patrimoniais	958.484,07	0,00	-45.306,32	913.177,75
Total	2.714.297,53	51.894,79	-45.306,32	2.720.886,00

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	197.973,52	221.195,55
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	197.973,52	221.195,55

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

109
qua serpa

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	2.628,00	2.628,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8.655,17	0,00
Outros Impostos e Taxas	206,01	490,43
Total	11.489,18	3.118,43
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	862,44	9.580,19
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	10.607,29	12.957,00
Segurança Social	39.677,35	64.298,81
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	51.147,08	86.836,00

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	465,10
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	327,23	0,00	1.637,78
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	7.169,27		9.881,75
Credores por acréscimo de gastos	0,00	39.491,11	0,00	39.479,53
Outros credores		384.176,87		267.027,72
Total	0,00	431.164,48	0,00	318.491,88

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.657.638,65	2.673.313,23
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	2.657.638,65	2.673.313,23

Os subsídios atribuídos à Santa Casa da Misericórdia de Serpa, quer em 2016 e 2017, foram atribuídos por estados e outros entes públicos.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	642.711,66	544.974,03
Materiais	103.197,93	118.227,09
Energia e fluidos	193.155,05	161.606,21
Deslocações, estadas e transportes	65.084,36	44.713,82
Serviços diversos	206.967,69	237.384,32
Total	1.211.116,69	1.106.905,47

M. J. S. S.
Qua. Sérgio

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	12.671,50	10.282,87
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,55	4,91
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	386,23	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	26.556,78	26.028,76
Rendimentos em investimentos não financeiros	10.756,49	8.498,23
Outros rendimentos	71.325,65	47.247,20
Total	121.697,20	92.061,97

17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	3.297,26	1.139,82
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	7.480,47	4.913,52
Total	10.777,73	6.053,34

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:



Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	18.332,06	24.207,43
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	4.000,11	4.283,04
Total	22.332,17	28.490,47
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,60	37,19
Dividendos obtidos	500,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	638,00
Total	500,60	675,19
Resultados Financeiros	-21.831,57	-27.815,28

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

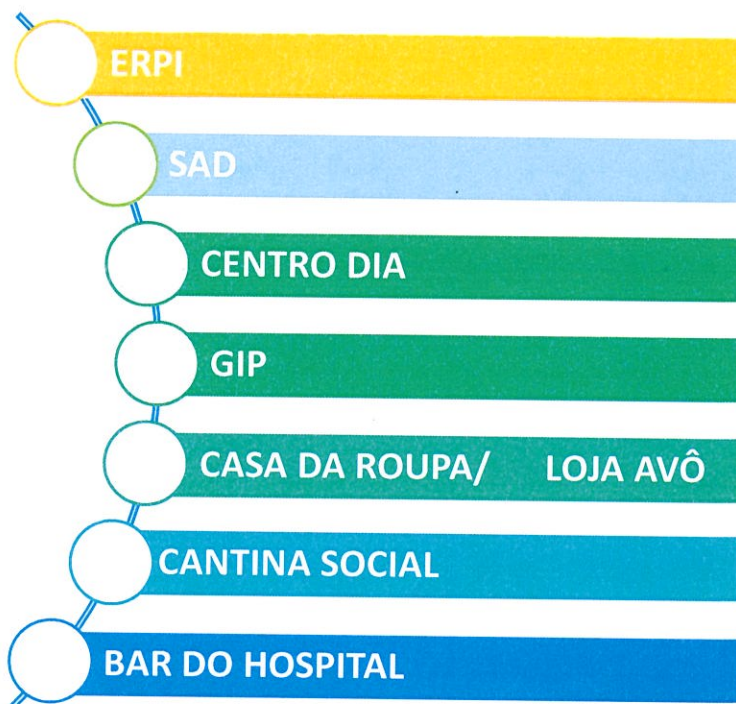
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

18 Informação de Gestão

A Santa Casa da Misericórdia de Serpa, no final do exercício de 2017, apresentou de resultados líquidos negativos de -54.288,55€ (cinquenta e quatro mil, duzentos e oitenta e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos). O resultado apresentado reflete o impacto negativo que a área da saúde, tem nos resultados da Santa Casa da Misericórdia de Serpa.

João Louça

ÁREA SOCIAL



M. J. da Silva

ERPI

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RL
<ul style="list-style-type: none">- Foi conseguida uma maior proximidade com os familiares e principais cuidadores;- Proporcionaram-se atividades conducentes a um envelhecimento ativo, saudável e integrado;- Continuou-se a assegurar a qualidade na prestação dos cuidados de saúde e higiene e conforto;- Completou-se a elaboração e procedeu-se à atualização e avaliação dos Planos Individuais de Intervenção (PII'S).	<ul style="list-style-type: none">- Atingiu-se parcialmente a aplicação do sistema de Gestão da Qualidade, na medida em que houve necessidade de melhorias dos documentos de suporte;- Foi parcialmente atingida a meta proposta na prevenção de úlceras de pressão e prevenção de quedas;- Não foram realizadas ações de formação externas.	146.621,82€

SAD

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RL
<ul style="list-style-type: none">- Foi atingida a 50% a meta que visa proporcionar um envelhecimento ativo, saudável e integrado, pelo que se deverá dar continuidade;- Persistir nos envolvimento dos utentes de SAD nas atividades de animação, já que só houve participação de 20%;	<ul style="list-style-type: none">- Foi alcançado uma maior proximidade com os familiares e principais cuidadores;- Completou-se a elaboração e procedeu-se à atualização e avaliação dos Planos Individuais de Intervenção (PII'S);- Atingiu-se a aplicação do sistema de Gestão da Qualidade.	54.541,91€

João Lourenço

CENTRO DE DIA

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RL
- Criação de uma valência com um conjunto diversificado de serviços e atividades de desenvolvimento pessoal à população do concelho de Serpa.	A frequência irregular dos clientes.	-8.291,24€

VALÊNCIAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RL
GIP	- As metas propostas foram maioritariamente atingidas.	- A rubrica "colocação de desempregados" não foi atingida na totalidade.	2.516,64€
Casa da Roupa		- Não atingidas as meta propostas, com hipóteses de encerramento em 2018.	- 2.237,34€
Loja do Avô		- As metas não atingidas, que levou ao encerramento.	- 1.978,99€
Bar do Hospital			- 4.612,77 €
Cantina Social	-Metas atingidas na totalidade.		

*109
Guadalupe*

ÁREA DA SAÚDE



Handwritten signature: S. Francisco Largo

Unidades Senhora de Guadalupe

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RL
<ul style="list-style-type: none">- Prevenção de UP'S - Meta atingida na totalidade uma vez que não se verificaram alterações na integridade cutânea dos utentes;- Prevenção de quedas – meta totalmente atingida na medida em que se registou um número de quedas inferior a 10%;- Promoção da mobilidade geral dos utentes – Meta alcançada na totalidade dado que 67% dos utentes apresentaram melhorias significativas;- Melhoria dos resultados obtidos ao nível da MFR.	<ul style="list-style-type: none">- Não foram realizadas ações de formação externas;- A meta não foi atingida totalmente nos cuidados pós-alta (follow-up).	- 52.087,72€

*Mes
Quarta-feira*

Unidades de São Paulo

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RL
<ul style="list-style-type: none">- A promoção ao nível da funcionalidade foi atingida na totalidade;- A promoção do convívio e interação social foi atingida a 100%;- Foi garantido o esclarecimento de dúvidas e o reforço de informação sobre direito e deveres do utente e família, acesso a serviços ou bens, bem como o funcionamento da RNCCI;- Foi garantido o apoio psicossocial durante o internamento.	<ul style="list-style-type: none">- No âmbito da monitorização e gestão de camas, a meta foi atingida parcialmente na UCP ;- A participação em eventos científicos e formativos noutras instituições não foi atingida na medida em que não visitaram outras UCC's;- Não foram realizadas ações de formação externas.	- 50.789,70€

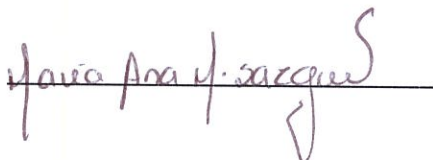
Qualificação

Área da Saúde

VALÊNCIAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	RL
Serviço de Urgência	Dos 15.728 atendimentos contratualizados foram realizados 14.349, correspondendo a uma taxa de execução de 91,23%.	A colaboração dos parceiros e entidades locais.	- 110.094,45€
Centro de Reabilitação		Uma valência em início de actividade.	-7.328,49€
Consultas Externas		Consulta externa no âmbito do SNS: - A falta de referências de consultas por parte dos centros de Saúde (2% - 1as consultas); - Divulgação no âmbito do privado.	- 20.434,67€

SERPA, 26 de março de 2018

O Contabilista Certificado





A Mesa Administrativa

